

CORPO, ESTÉTICA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO CENÁRIO DA MODERNIDADE

BODY, AESTHETICS AND PHYSICAL EDUCATION IN MODERNITY SCENARIO

CUERPO, ESTÉTICA Y EDUCACIÓN FÍSICA EN EL ESCENARIO DE LA MODERNIDAD

Sidinei Pithan da Silva¹

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i9.779>

Aceito em: 20.08.2026

Resumo: O presente estudo tematiza os vínculos entre corpo, estética e educação no cenário da modernidade. De forma especial se interroga acerca do lugar do corpo e da estética no mundo moderno e contemporâneo, bem como do lugar e do poder simbólico da educação (física) no enfrentamento da crise democrática do tempo presente. Vale-se, para tanto, de um estudo bibliográfico, com perspectiva hermenêutica e crítico-dialética, acerca de obras referenciais que tratam da temática, tanto no campo das humanidades, bem como no campo da educação física. A hipótese guia do estudo se orienta pela ideia de que a estética ocupou no âmbito do projeto educacional moderno um lugar ambivalente, servindo como forma e perspectiva emancipatória, bem como forma de controle, domínio e subjugação. Na primeira modernidade - clássica (XVIII- XX)-, esta força política da estetização do mundo esteve relacionada com a educação corporal em um sentido funcional e produtivo, na qual o princípio da realidade subordina o princípio do prazer. Em uma segunda modernidade - flexível/líquida (XX-XXI)-, há um deslocamento do sentido da estética, e da forma de produção do corpo, sendo que o princípio do prazer subordina o princípio da realidade. Se na primeira modernidade, em que predomina um capitalismo nacional e industrial, há um sacrifício do corpo em nome do mundo social, produtivo e político (Estado-Nação), na segunda modernidade, há uma negação da vida social e pública em nome do corpo individual de consumo (Economia). A estética, enquanto forma de pensamento crítico, ou mesmo dimensão paradigmática, emerge na contemporaneidade, no âmbito da educação física, a partir da obra de Silvino Santin, como forma de denúncia de uma modernidade racionalista que negou o corpo sensível em favor do corpo racional e produtivo. Ela, potencialmente, pode nos ajudar a compreender que a educação física, assim como a modernidade em geral, é uma instituição imaginária, que possui uma estrutura em função de um poder simbólico instituído e instituinte que opera a partir do corpo. No entanto, cumpre sempre assinalar, que a estética modernista carregou e comportou, também, um sentido emancipatório, no qual a estética pós-modernista parece querer se livrar. Analisar as ambivalências dos projetos das duas modernidades, em termos sociais, políticos e epistêmicos, parece o desafio que se coloca no âmbito da educação (física) a fim de pensar os rumos da democracia.

1 Doutor em Educação (UFPR). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

Palavras-chave: Estética; Educação Corporal; Modernidade.

Abstract: This study thematizes the links between body, aesthetics and physical education in the scenario of modernity. It especially wonders about the place of the body and aesthetics in the modern and contemporary world as well as the place and the symbolic power of (physical) education in fighting the democratic crisis of the present time. For this purpose, a bibliographical study with a hermeneutic and critical-dialectical perspective on reference works about the theme, both in the field of the humanities, as well as in the field of physical education, was made. The hypothesis of the study is guided by the idea that aesthetics occupied an ambivalent place in the ambit of the modern educational project, serving as emancipatory form and perspective, as well as a form of control, domination and subjugation. In the first modernity - classical (XVIII-XX) -, this political force of the aesthetization of the world was related to the corporal education in a functional and productive sense, in which the principle of reality subordinates the pleasure principle. In a second modernity - flexible / liquid (XX-XXI) - there is a displacement of the sense of aesthetics, and of the form of production of the body, and the principle of pleasure subordinates the principle of reality. If in the first modernity, in which national and industrial capitalism predominates, there was a sacrifice of the body in the name of the social, productive and political world (Nation-State), in the second modernity there is a denial of social and public life in the name of the body individual consumption (Economy). Aesthetics, as a form of critical thought, or even a paradigmatic dimension, emerges in contemporary physical education from the work of Silvino Santin as a form of denunciation of a rationalist modernity that denied the sensible body in favor of the rational and productive body. It can potentially help us to understand that physical education, like modernity in general, is an imaginary institution, which has a structure in function of an instituted and institute symbolic power operating from the body. However, it must always be pointed out that modernist aesthetics have also carried and loaded an emancipatory sense, in which postmodernist aesthetics seem to want to be freed. Analyzing the ambivalences of the projects of the two modernities, in social, political and epistemic terms, seems to be the challenge that is posed in (physical) education in order to think the directions of democracy.

Keywords: Aesthetics; Body Education; Modernity.

Resumen: El presente estudio tematiza los vínculos entre cuerpo, estética y educación física en el escenario de la modernidad. De manera especial se interroga acerca del lugar del cuerpo y de la estética en el mundo moderno y contemporáneo, bien como del lugar y del poder simbólico de la educación (física) en el enfrentamiento de la crisis democrática del tiempo presente. Se sirve, para tal, de un estudio bibliográfico, con perspectiva hermenéutica y crítico-dialéctica, acerca de obras referenciales que tratan de la temática, tanto en el campo de las humanidades, bien como en el campo de la educación física. La hipótesis guía del estudio se orienta por la idea de que la estética ocupó en el ámbito del proyecto educacional moderno un lugar ambivalente, sirviendo como forma y perspectiva emancipatoria, bien como forma de control, dominio y subyugación. En la primera modernidad- clásica (XVIII- XX)-, esta fuerza política de la estetización del mundo estuvo relacionada con la educación corporal en un sentido funcional y productivo, en la cual el principio de la realidad supedita el principio del placer. En una segunda modernidad - flexible/Líquida (XX-XXI)-, hay un desplazamiento del sentido de la estética, y de la manera de producción del cuerpo, siendo que el principio del placer supedita el principio de la realidad. Si en la primera

modernidad, en que predomina un capitalismo nacional e industrial, hay un sacrificio del cuerpo en nombre del mundo social, productivo y político (Estado-Nación), en la segunda modernidad, hay una negación de la vida social y pública en nombre del cuerpo individual de consumo (Economía). La estética, como forma de pensamiento crítico, o mismo dimensión paradigmática, emerge en la contemporaneidad, en el ámbito de la educación física, a partir de la obra de Silvino Santin, como forma de denuncia de una modernidad racionalista que negó el cuerpo sensible en favor del cuerpo racional y productivo. Ella, potencialmente, puede ayudarnos a comprender que la educación física, así como la modernidad en general, es una institución imaginaria, que posee una estructura en función de un poder simbólico instituido e instituyente que opera a partir del cuerpo. Sin embargo, cumple siempre señalar, que la estética modernista cargó y conllevó, también, un sentido emancipatorio, en el cual la estética posmodernista parece querer librarse. Analizar las ambivalencias de los proyectos de las dos modernidades, en términos sociales, políticos y epistémicos, parece el reto que se pone en el ámbito de la educación (física) con el fin de pensar los rumbos de la democracia.

Palabras Clave: Estética; Educación Corporal; Modernidad.

Introdução

A pergunta sobre os rumos da democracia no mundo atual não pode ser feita sem uma interrogação direta sobre os modos de constituição do pensamento político e filosófico moderno, bem como sobre suas formas de justificação. Tem sido comum em nossos estudos sobre o corpo e a educação relacionarmos a emergência da modernidade como um novo modo de vida pautado na racionalidade científica. De forma geral, um lugar periférico tem sido conferido à estética (Eagleton, 1993) e à religião (Eagleton, 2016) na constituição das modernas formas de sociabilidade e educação. Sobre este pano de fundo, gostaríamos de pensar o lugar que o corpo e a estética ocuparam na constituição das modernas formas de democracia, bem como os deslocamentos destas na configuração do mundo contemporâneo (Lipovetsky; Serroy, 2015). Isso nos permite pensar os desafios da democracia no tempo presente a partir de uma interrogação radical acerca dos modos como ela se estruturou e se estrutura ancorada a partir de políticas do corpo. De outra parte nos permite pensar o poder simbólico que envolve e produz o universo da Educação Física, bem como as vias possíveis para pensar as práticas democráticas no tempo presente.

A Educação Física, enquanto prática social, bem como a educação em geral, encontra-se atravessada pelo conjunto das intencionalidades e contradições do mundo moderno tanto em sua fase clássica quanto em sua fase contemporânea. Ela é herdeira das modernas formas de pensamento sobre o corpo, a política e a educação, bem como das nuances e contradições constitutivas da própria vida social moderna. Neste sentido, ela participa do permanente movimento de fabricação, de práxis e de constituição simbólica das subjetividades que vivem sob o cenário do projeto social moderno. Mas, cabe perguntar: 1) Qual o lugar do corpo e da estética na configuração do mundo moderno (séculos XVII ao XX) e, por conseguinte, na

democracia moderna? 2) Há uma nova reconfiguração em torno do corpo e da estética no cenário da modernidade flexível (século XXI) ou mesmo do capitalismo tardio? Quais as implicações destas políticas do corpo para o projeto democrático? 3) A Estética, concebida enquanto forma de pensar, poderia nos ajudar a configurar outra forma de enfrentar os desafios sociais do tempo presente? Qual o lugar da Educação Física e de seu poder simbólico na estruturação das vias de enfrentamento da crise do projeto democrático moderno?

Um caminho teórico possível para pensar esta problemática consiste em reconhecer que o modo de produção do corpo na modernidade em sua fase inicial (clássica) e tardia (flexível), se deu a partir da estética sob duas formas: a) pela via da estetização da moral no prefigurar do projeto político moderno em sua fase inicial, ou seja, neste projeto, a sensibilidade e a sensorialidade corporal, bem como a imaginação, constituem-se nas condições de possibilidade da virtude cívica e da moral, bem como elementos centrais na produção da coesão social e da emergência do indivíduo e do Estado. A educação corporal devia prefigurar comportamentos sociais adequados pela força legisladora (Bauman, 2011a) e a educação pública devia ajudar a nascer o homem novo (o princípio da realidade deveria predominar sobre o princípio do prazer); b) pela via da estetização do mundo no prefigurar do projeto político do mundo moderno na fase de acumulação flexível do capital, ou seja, neste projeto, a estetização do mundo não se dá como forma de produção do corpo em função das vias de produção administrada da sociedade e dos indivíduos por meio da educação conduzida pelo Estado, mas por intermédio da produção de sensibilidades e desejos permanentemente insatisfeitos com a produção e as formas de seus corpos (Bauman, 2011b) pelas vias da comunicação e do consumo de massa (o princípio do prazer subordina o princípio da realidade). A educação, enquanto fenômeno que se configura no seio da vida social prefigura formas de participação e comportamentos sem um telos coletivo ou público que o oriente, sendo conduzida pelas dinâmicas fragmentárias, individualistas e voláteis do capitalismo. Em suma, passamos do projeto idealizado do corpo e do sujeito centrado e autônomo da modernidade, para o projeto do corpo e do sujeito descentrado e irônico da modernidade flexível. “O bem estar do corpo” e da estética na configuração do novo modo de vida social sob o capitalismo se converteu “no mal estar da ética” (Costa, 1999, p.41).

Nossa hipótese fundamental gira em torno da ideia de que a Educação Física, assim como o projeto social moderno, é uma instituição imaginária, ou seja, é uma criação simbólica das modernas formas de vida que emergiram na Europa ao longo dos quatro séculos que constituem a era moderna. Isto significa afirmar que ela está sendo permanentemente criada e recriada conjuntamente com o movimento da sociedade moderna em seu curso histórico, sendo estruturada por um poder simbólico. Este condicionamento social da Educação Física, não lhe retira sua dimensão instituinte, recreativa e estética, ou seja, seu poder simbólico condicionante, ou seja, de participação na estruturação da vida social e do próprio poder político. Neste sentido, ela é herdeira não somente da ciência, como também das artes e da filosofia, assumindo sentidos sociais e educacionais, que se expressam na educação corporal, em termos de moralidade e de

política. Uma destas heranças se relaciona com a problemática da democracia e com toda a relevância que ela possa ter para o futuro das sociedades humanas.

Corpo e estética na modernidade: o nascimento do corpo-sujeito e a democracia moderna

A configuração do mundo moderno emerge principalmente a partir das rupturas e mudanças que se deram no âmbito da vida social, política e econômica na Europa do século XVII e que assumiram seu auge no século XVIII e XIX, com a independência dos Estados Unidos da América, a Revolução Francesa, e a Revolução Industrial. No entanto, a projeção imaginária e a constituição da busca de legitimidade para este novo mundo e nova forma de ser, ocorreram e ocorrem no interior das batalhas do pensamento filosófico ocidental. Este modo de pensar nos permite entender que os pressupostos filosóficos e políticos do mundo moderno carregam consigo a história da estruturação das modernas formas de educação e de democracia. De outra forma, explicitam o lugar do corpo, da estética, e da educação na produção dos novos regimes políticos e nas novas formas de produção da vida no capitalismo.

A Educação Física, enquanto instituição responsável pela educação dos corpos estaria encarregada de viabilizar o projeto civilizatório moderno em sua densidade capilar, no sentido ambivalente de ora produzir pela via da estética, da cultura e da razão, o nascimento do corpo-sujeito, voltado à cidadania e à emancipação, ora o controle e a dominação a partir de políticas do corpo voltadas à produção do corpo-objeto. Neste segundo sentido, ela também entraria, mesmo que de forma funcional, a fazer parte da engenharia social do mundo moderno. Muito acerca da força argumentativa acerca do valor do corpo e da ginástica ou mesmo da educação corporal veio da medicina, e das ciências, mas outra força, também veio pelo reconhecimento, por intermédio da estética, do sentido moral e político implicado na questão educacional. Tratava-se de educar e formar o homem novo, com um novo ideal estético, com um pensamento criativo, argumentavam os defensores da nova ordem moderna, o que deu origem às pedagogias corporais novas em detrimento às pedagogias corporais tradicionais. Sobre este aspecto, tematizar o corpo e tudo que a ele se refere, em termos de concepções e práticas tornou-se um desafio filosófico, pedagógico e político de primeira grandeza.

O entendimento de que a estética tornou-se um modo de fundamentação e de implementação do projeto educacional moderno, de forma complementar à razão, nos permite perceber o caráter instável e incerto das democracias modernas, bem como seu vínculo com a sensibilidade e o corpo. Não somente a concepção do homem e do sujeito moderno enquanto um ser racional, como também um ser dotado de sensibilidade e de sensorialidade, poderia amparar a coesão do mundo social moderno. Assim pensaram muitos dos pensadores morais da modernidade. A estética é uma filha da razão. Ela acompanha o projeto teórico da razão, que por ser muito racionalista, não consegue se realizar na prática. A dimensão estética é, também, o outro da razão, que pode solapar a razão e a própria sustentação das formas de poder. A estética,

assim como a razão, pode servir ao projeto de liberdade e de democracia, como afirmam os pensadores modernos, mas pode servir também ao reino da dominação e da subjugação ao reino do existente. A via da estética, neste rumo, precisa ser pensada de forma ambivalente e contraditória.

A estetização do mundo, entremeada no pensamento burguês moderno, tanto serviu para abrir brechas nas antigas formas de dominação, como construiu formas de legitimação e de aceitação das novas opressões do mundo moderno, ou mesmo do capitalismo em sua fase industrial e liberal. Em parte, pode-se dizer que a Revolução Francesa, em seu âmago, não é apenas um projeto da razão, mas, também da imaginação e do corpo, que inaugura um novo capítulo para a problemática da liberdade humana. Ela comporta, não somente as contradições do mundo burguês, como também os prelúdios da liberdade política que configura as possibilidades das classes subalternas mudarem suas condições de vida corporal (Lopes, 2008, p.138). Estas vias de legitimação do pensamento burguês moderno dar-se-iam pela fé na razão e no conhecimento, como também pela crença no poder da sensibilidade e das paixões pelo homem. Uma ambivalência fundamental marca este projeto educativo: ele em parte é embalado pelas correntes do racionalismo e pela desconfiança do corpo, e em parte ele é animado pela confiança na sensibilidade e na força estética e criadora do corpo.

Eagleton (1993) argumenta que o fenômeno estético, ou mesmo a categoria estética torna-se importante porque ela ao falar de arte também trata de muitas questões que estão em disputa na luta pela hegemonia política travada pela classe média na modernidade. Eagleton (1993) está tratando da disputa pelo poder entre a burguesia ascendente na Europa dos séculos XVII e XVIII e as classes nobres do antigo regime. A dimensão estética, segundo ele, é muito instável e incerta, do ponto de vista teórico, para travar um combate contra a religião. No entanto, do ponto de vista prático, ela é o que melhor pode sustentar um tipo de vida social coesa. Sob este aspecto, a questão do corpo e da sensibilidade, bem como da estética, sempre esteve como alvo das representações modernas, seja no sentido moral, seja no sentido político, ou mesmo social, ora vinculada à dominação, e ora articulada à emancipação. Eagleton (1993, p.12) entende, que “somente um pensamento dialético, como o que utilizamos, é capaz de delimitar o caráter contraditório da estética”.

Eagleton (1993) imagina que a crítica da ideologia estética² não deva levar a um entendimento de que a estética está a serviço da dominação e que a crítica da arte deva levar necessariamente ao seu abandono. Sobre este campo ele quer mostrar o elemento central da ideologia burguesa da arte, quando ela imagina que se autonomiza totalmente do mundo social e, por outro lado, quer enfatizar “a natureza autodeterminante dos poderes e capacidades humanas que, no trabalho de Karl Marx e outros, será o fundamento antropológico para a oposição revolucionária ao utilitarismo burguês” (Eagleton, 1993, p.13). No interesse de pensar a questão

2 “A ideologia estética, ao reprimir a relação contingente e aporética entre as esferas da linguagem e do real, naturaliza e fenomenaliza a primeira, e assim arrisca converter acidentes de significação em processos orgânicos naturais, à maneira do pensamento ideológico em geral” (Eagleton, p.13).

do corpo no projeto da emergência da democracia moderna, a análise de Eagleton nos parece importante, porque sinaliza seu vínculo com a estética. Segundo ele, a Estética, com Alexander Baumgarten, “nasceu como um discurso sobre o corpo” (Eagleton, 1993, p.17).

A demanda por uma estética, segundo Eagleton, “na Alemanha do século XVIII, é entre outras coisas, uma resposta ao problema político” (idem, p.18). É pelo reconhecimento das potências do corpo e da sensibilidade que se desenham os projetos de edificação do mundo moderno. Seja pelos movimentos dos pensadores que afirmam a lógica da economia, ou do homo faber como projeto idealizado para a vida social, seja daqueles que imaginam outra perspectiva antropológica e política de outra ordem social. Isso faz sentido, no projeto de Baumgarten, na medida em que a razão do alto de sua universalidade não pode lidar com particulares. “Porque a estética existe, os densos particulares da percepção podem se tornar luminosos ao pensamento, e os concretos determinados podem ser reunidos na narrativa histórica” (idem, p.19).

Desde Baumgarten até a fenomenologia, é sempre a razão desviando-se, dobrando-se sobre si mesma, fazendo um desvio através da sensação, da experiência, da experiência ingênua, como Husserl a qualifica na conferência de Viena, para não sofrer o embaraço de chegar ao seu telos de mãos vazias, cheia de sabedoria, mas muda, surda e cega em relação ao que vale a pena. [...] Veremos mais adiante, sobretudo na obra de Friedrich Schiller, como um tal desvio através da sensação é politicamente necessário. Se o absolutismo não pretende estimular a rebelião, ele deve produzir um espaço generoso para as inclinações sensuais. Embora esse acesso ao sujeito afetivo não deixe de apresentar perigos a uma lei absolutista. Se, por um lado, ele é capaz de inscrever a lei o mais eficazmente nos corações e mentes daqueles a quem subjuga, ele pode também, por uma lógica autoconstrutiva, chegar a subjetivizar a autoridade fora da existência, abrindo o campo para um conceito inteiramente novo de legalidade e poder político. Por um golpe de ironia histórica impressionante, registrado por Karl Marx, o próprio molde idealista para o qual as condições de atraso social induziram o pensamento da classe média alemã do final do século XVIII, levou à prefiguração na mente, de um novo e ousado modelo de vida social, ainda inalcançável na realidade. Das profundezas de uma sombria e tardia autocracia feudal, surgia a visão de uma ordem universal de sujeitos livres, iguais e autônomos, obedecendo a nenhuma lei senão a que eles próprios se davam. Esta esfera pública burguesa quebra decisivamente com o privilégio e particularismo do ancien régime, instalando a classe média, em imagem se não na realidade, como sujeito verdadeiramente universal, e compensando, com a grandeza desse sonho, seu estatuto político subjugado (Eagleton, 1993, p.19).

Esta significação da estética, como vemos, representa uma dimensão revolucionária no que tange ao nascimento das democracias modernas, ou mesmo ao pensamento liberal moderno. O absolutismo do século XVII, como projeto centrado na fé, ou mesmo na razão universal, não pode deixar de fazer concessões ao corpo e ao afeto, ou mesmo à sensibilidade e à imaginação. Neste decurso, abre para outra forma de poder e controle sobre o corpo, a partir da Revolução Francesa, agora não mais derivada do poder arbitrário do soberano sobre o povo, mas do próprio contrato social. “Se todos os cidadãos alienam seus direitos inteiramente em prol da comunidade,

‘cada homem dando-se a si mesmo para todos, dá-se a ninguém’ e assim, recebe a si mesmo de volta como um ser autônomo e livre” (Eagleton, 1993, p.25).

No entendimento de Koselleck (1999), em sua obra, *Crítica e Crise: patologias do mundo burguês*, o pensamento de Rousseau, é parte fundamental da perspectiva revolucionária na França do século XVIII. Em sentido semelhante ao que Eagleton (1993) argumenta com relação à estética, como forma de sentimento criativo que pode engendrar o novo, ele postula em relação à noção de verdade como forma de interpretação. Ao final de dois séculos de modernidade, de forma silenciosa, entende ele, o “Rei está morto”. “Com a introdução da legitimidade moral, o direito de decisão, que até então cabia apenas ao soberano, estendeu-se potencialmente a todos os representantes da sociedade, a todos os homens” (Koselleck, 1999, p.132). As dimensões que estão surgindo na Europa do século XVIII começam a edificar as instituições do mundo moderno e dentre elas, a centralidade do projeto educacional. A revalorização do corpo e da estética, seja em seu sentido emancipatório, seja em sentido de controle, não deixará de fazer parte deste movimento levado a termo pelo Estado.

Zygmunt Bauman (2010), em sua obra: *Legisladores e Intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais*, não deixará de fazer menção a este aspecto dual e contraditório da educação no projeto do Iluminismo. No sentido de controle, ele assevera que “[...] o esforço para neutralizar a ameaça” que pairava sob o projeto social moderno, tomou forma a partir de práticas políticas, “mais bem resumidas como a passagem das culturas selvagens para uma cultura-jardim; de que a cultura jardim então emergente envolvia a nova responsabilidade do poder centralizado do Estado pela manutenção e reprodução da ordem social” (Bauman, 2010, p.109).

De forma alguma a educação era vista como uma área separada da divisão social do trabalho; ao contrário, ela era função de todas as instituições sociais, um aspecto da vida cotidiana, um efeito de total de projeção da sociedade segundo a razão. [...] Afinal, o Iluminismo entrincheirou-se na nossa memória coletiva como o ímpeto vigoroso de levar o conhecimento às pessoas, dar saber ao ignorante, restaurar a visão clara daqueles cegos pela superstição, pavimentar o caminho para o progresso, definido como passagem da obscuridade às luzes, da ignorância ao conhecimento. Era isso que os philosophes pregavam. Foi essa a legitimação que eles apresentaram previamente para avaliação administrativa da Revolução. [...] Contudo, se examinarmos mais de perto, a substância do radicalismo esclarecido se revela como ímpeto de legislar, organizar e regulamentar, e não disseminar o conhecimento (BAUMAN, 2010, p.101-107).

Em suma, a instituição de políticas do corpo neste período do nascimento dos regimes liberais atenderá e muito a edificação de três dimensões fundamentais constitutivas do corpo no mundo moderno – a individualidade, a produtividade e o Estado-Nação. Este projeto do capitalismo industrial, ou mesmo da modernidade clássica (XVIII-XX), modificou-se ao longo do século XX, sofrendo mudanças em termos de suas configurações no cenário da emergência da modernidade flexível (final do século XX), o que acabou por tornar as políticas do corpo

muito mais relacionadas à manutenção dos mercados globais de produção e consumo (sentido instrumental), do que por produzir as individualidades responsáveis pela reflexão e definição dos rumos do mundo (sentido político).

O que confere coesão e dá sustentação ao projeto da modernidade clássica (sólido-moderna) consiste no crescente investimento em formas de sacrifício pessoal e adiamento dos prazeres corporais. A educação corporal funciona, se exerce, pela via da administração dos corpos, pela via da repressão dos prazeres, pela política da vigilância e da adequação aos valores estabelecidos socialmente. O que tradicionalmente se chama de liberdade na sociedade sólido-moderna, consiste na segurança do eu prefigurada pela existência do nós social. Esta sociedade elabora a ideia de que é somente pela realização dos projetos sociais que podem ser realizados os desejos individuais. “Mas o que estava em jogo era a implementação da capacidade de autocontrole dos indivíduos a serviço de reordenar ou reconstituir a comunidade num nível novo, muito mais elevado” (Bauman, 2011a, p.158).

Toda a produção humana e educacional, neste sentido, configura um esforço para sublimar os desejos do eu como forma de fazer emergir os desejos do nós – da comunidade. Bauman (2011) identifica aqui um pressuposto balizador para pensar a historicidade do movimento constitutivo da sociedade sólido-moderna, uma vez que ela reconhece que a ordem precisa ser produzida e, que ela é feita/assegurada pela educação (do corpo) submetendo-o ao seu exterior. “Quaisquer que fossem seus méritos pragmáticos, o modo pan-ótico – estilo, disciplina, punição e domínio – de consumir as necessárias/planejadas manipulação e rotinização das possibilidades comportamentais era algo embaraçoso, aflitivo, cheio de conflitos” (Bauman, 2011a, p.158). A ideia de corpo, ou de sua educação, nos escritos de Bauman sobre a modernidade sólida, seguem os mesmos rastros deixados pela leitura de Freud, Adorno e Foucault, ou seja, de corpos sublimados, de corpos administrados e corpos dóceis respectivamente. A dominação, segundo Bauman, “consistia no direito de estabelecer regras invioláveis, supervisionar sua execução, submeter à vigilância permanente os que deviam segui-la, realinhar os desviantes ou excluí-los (Bauman, 2011b, p.119)”. Isso nos leva a buscar entender a crise do projeto democrático moderno e sua expressão nas dimensões do corpo e da estética no âmbito da modernidade flexível.

Corpo e estética na modernidade flexível: a crise do projeto democrático

A reconfiguração do capitalismo, no final do século XX, trouxe consigo uma nova forma de materialidade no âmbito da política em geral, bem como das políticas do corpo. O projeto democrático moderno, ancorado nas linhas contraditórias do liberalismo e da crítica socialista, sofre um duro golpe diante da ofensiva capitalista. O Estado de Bem-Estar Social, emergente após a crise de 1929, sede lugar ao Estado Neoliberal a partir da década de 80 do século XX. Nesta nova forma de realização do capitalismo em sua era global, ou mesmo em sua fase de acumulação flexível, o corpo é elevado e reconhecido em sua dimensão imagética e estética. A

dessacralização do mundo antigo e medieval, com o advento das novas formas de tecnologia e comunicação, trouxe consigo, uma crise radical dos valores e das formas tradicionais que ancoravam o corpo e a subjetividade. A nova forma de produzir o valor da mercadoria deslocou seu eixo de fundamentação da esfera produtiva para a esfera do consumo.

Esta guinada social, como assinala Bauman (2011), não veio sem consequências para a forma de viver a corporeidade. O vazio vivido no âmbito do sentido do esvaziamento da política e da esfera pública, e dos projetos utópicos de transformação social, trouxe consigo o cultivo do narcisismo (Silva, 2001) e do culto ao corpo (Castro, 2007; Costa, 2004) como o último reduto de sentido da vida. O corpo agora não é apenas o alvo funcional de realização do mundo produtivo moderno, ele é também a instância em que a vida ocorre. A crise do projeto democrático moderno aparece entremeada com a ascensão das modernas formas de vida do capitalismo tardio (Santos, 1999; Jameson, 2013;). A aposta tradicional que os pensadores modernos faziam incluía um cultivo da moralidade e das virtudes como formas de sustentar a vida social e a democracia. Se esta aposta ainda mantinha como um alvo de esperança a construção deste sujeito pela via da universalização dos direitos e da educação, por intermédio do Estado, agora no cenário do capitalismo tardio, ela parece desestimular este tipo de pensamento. Richard Sennett, em sua obra *A Corrosão do Caráter* (2007), tematizou as consequências da virada do capitalismo no âmbito da moralidade. Evidenciou como a lógica do capitalismo torna os sujeitos muito mais implicados com sua própria vida íntima, em detrimento de valores públicos e coletivos. Na leitura de Bauman (2011), em sua obra *Vida em fragmentos*, entende-se esta transição no âmbito das políticas do corpo, quando ele afirma que:

O corpo moderno, o corpo do produtor/soldado, chegou a ser disciplinado – colocado em forma à força por poderes ambientais manipulados com astúcia” – e obrigado a realizar movimentos regulares, como na linha de montagem de Taylor, por meio de entornos engenhosamente concebidos. [...] O corpo pós-moderno é, antes de tudo, um receptor de sensações; ele absorve e digere experiências. A capacidade de ser estimulado torna-o um instrumento de prazer. Essa capacidade é chamada boa forma. [...] A opressão política tende a resultar em oposição política. Mas o corpo coletor de sensações é uma criação do tipo faça-você-mesmo, e seus defeitos são percalços autoinflingidos. [...] O treinamento do corpo produtor soldado une. O autotreinamento do corpo coletor de sensações divide e separa (Bauman, 2011, p.160).

A compreensão de nosso tempo como uma forma marcada pela aceleração do ritmo social, nos leva a pensar na volatilidade característica dos valores que permeiam as sociedades capitalistas. Tudo que é sólido desmancha no ar, escreveu Karl Marx em 1848 (2011) em sua obra - *Manifesto Comunista*. Ele tratava propriamente da principal característica do mundo moderno, a permanente destruição criativa do mundo. O sonho de Marx, em torno da ideia de Liberdade, era ampliá-la ao máximo, exigindo do mundo social moderno uma coerência com seus pressupostos em torno da igualdade. A filosofia só haveria de realizar-se se este projeto tivesse lugar na configuração do mundo. O projeto da dimensão estética em Marx esteve diretamente

configurado com sua concepção de homem e de sociedade. Os homens possuem uma dimensão antropológica que os distingue de todos os outros seres da natureza e esta se configura a partir de seu poder criador.

Mas, por que Marx insistiu, tão vigorosamente, numa obra juvenil como a citada (Manuscritos econômico-filosóficos de 1844), em conceitualizar o estético, em buscar suas fontes e delimitar sua natureza? Pode-se dizer que não era o estético em si mesmo que ele estava buscando; procurava outra coisa e encontrou no caminho a criação estética “segundo as leis da beleza” como uma dimensão essencial do que estava buscando. O que ele buscava era o homem, ou, mais exatamente, o homem social, concreto, que – nas condições econômicas e históricas próprias da sociedade capitalista – se desfaz, se mutila ou nega a si próprio. Essa mutilação do homem, ou perda do humano, se dá precisamente no trabalho, na produção material, isto é, na esfera na qual o homem deveria se afirmar como tal e que tornou possível a própria criação estética (Sánchez Vázquez, 2011, p.45).

Marx, não estava tão distante dos projetos utópicos da sociedade moderna, e embora seus prognósticos de futuro não tenham sido tão acertados, seu diagnóstico do mundo moderno continua muito atual. A economia assumiu o lugar que era conferido à religião no mundo medieval. A política e o Estado se subordinaram à economia (Polanyi, 2012). Ela não apenas se tornou central na produção dos sentidos das políticas do corpo no mundo moderno, como também se tornou a forma de produção da própria sociedade moderna. Marx voltou-se para o estético para “melhor esclarecer o quanto o homem perdeu nesta sociedade alienada e, desse modo, vislumbrar quanto pode ganhar numa nova sociedade [...]” (Sánchez Vázquez, 2010, p.46). Marx, em outros termos teorizou sobre o mundo do trabalho e, neste sentido, evidenciou como o mundo social e a espécie humana se organiza na modernidade a partir da relação entre o corpo, capital e o trabalho.

Marx utilizará a maior parte dos MEF (Manuscritos Econômico- Filosóficos) para pensar de novo a história e a sociedade, e dessa vez, a partir do corpo. Elaine Scarry observa como, em todos os seus escritos, Marx “assume que o mundo é o corpo do ser humano e que, tendo projetado seu corpo no mundo construído, os homens e as mulheres são eles mesmos descorporificados, espiritualizados”. [...] A sociedade burguesa produz uma ruptura fatal entre o sujeito da sociedade civil na sua existência sensível individual e imediata e o homem artificial abstrato, homem como pessoa alegórica do estado político. [...] A emancipação política só será possível quando este deslocamento entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, for superado – quando “o indivíduo real incluir em si o cidadão e, enquanto indivíduo, tornar-se um ser da espécie na sua vida empírica, no seu trabalho individual e nas suas relações individuais...” Só na democracia, escreve Marx na Crítica à Doutrina do estado em Hegel, “o princípio formal [é] idêntico ao princípio substantivo”. A sociedade democrática é o artefato ideal, pois a sua forma é a forma do seu conteúdo [...]. Sociedades não democráticas são obras de artes falhas” [...] A sociedade emancipada, para Marx, tanto quanto para Rousseau, de quem ele aprendeu aqui, é uma fusão estética de forma e conteúdo (Eagleton, 1993, p.147).

O mundo que Marx interpretou, no século XIX, modificou-se muito no século XX, mas manteve uma constante em termos de sua permanente política de destrutibilidade e mudança do tecido social a partir do predomínio da lógica econômica. A lógica do capital intensificou-se e sua expansão em termos globais, carregou consigo uma forma de vida marcadamente focada na expressão do dinheiro. Mesmo após a crise e a ruína dos projetos do socialismo real, no final do século XX, a retomada das leituras de Marx continua sendo feita não apenas por teóricos de esquerda, como também por críticos e economistas liberais. Mas, por que a leitura de Marx continua sendo importante para pensarmos a crise das democracias ocidentais e para pensarmos nas mudanças do capitalismo?

Uma resposta à pergunta, em relação à crise das democracias ocidentais, parece ser vinculada ao escopo da dominação e aos cenários das desigualdades constitutivas do capitalismo. O capital não vê rostos e nem gentes, tampouco corpos! Ele perverte o sentido manifesto de todos os intelectuais humanistas que viram no campo da estética uma via para a liberdade humana e para a democracia. A mensagem de Marx, ainda pode ser interpretada como fazendo parte de uma tradição que em contraponto ao liberalismo, evidenciou que a democracia é um conceito que se vincula não apenas aos regimes de governo, ou seja, aos meios, como também aos fins da própria ideia de democracia. Esta ideia coloca na ordem do dia o problema da busca da igualdade como uma questão fundamental para as democracias (CHAUÍ, 2006).

Norberto Bobbio (2010), enquanto pensador político, não deixa de marcar este grande sentido fundante do termo democracia ao vincular o seu projeto maior com um projeto de busca de igualdade e de justiça. “O fim que nos move quando queremos um regime organizado democraticamente é, numa única palavra, a igualdade. Assim podemos definir a democracia, não mais com relação aos meios, mas relativamente ao fim, como o regime que visa realizar, tanto quanto possível, a igualdade entre os homens” (Bobbio, 2010, p.38).

A resposta à pergunta, em relação às mudanças do capitalismo, pode ser pensada como àquela que nos remete a pensar na contribuição de Marx acerca de nosso modo de pensar a sociedade. Na leitura de Milovic (2004), temos que perceber que a grande contribuição de Marx deu-se no campo filosófico, mais do que no campo econômico. Segundo ele, “este diagnóstico, que Marx vai apresentar em *O Capital*, não é por isso apenas uma teoria econômica, mas é filosofia relativamente às condições de constituição da sociedade civil” (2004, p. 31). Ou seja, não se trata apenas de entender a face mutiladora do capital sobre o trabalho, mas sobretudo, o modo de constituição da própria sociedade. “Para revolucionar o mundo” escreve Milovic (ibidem), “temos de entender não só que a sociedade é constituída, mas, do mesmo modo, as condições de sua constituição”. Contudo, escreve ele, “o que se encontra além da sociedade não se refere mais ao sujeito metafísico, mas ao sujeito histórico concreto, e é aqui que, como vimos, Marx fala acerca do proletariado” (ibidem). No entanto, esta aposta de Marx, em relação ao proletariado, como sujeito e agente da história, entrou em crise no século XX e, particularmente modificou-se muito a partir da segunda metade do século XX.

Ao final da década de 70 do século XX, Macpherson, em sua obra, *A Democracia Liberal* (1978), assinalava a crise do modelo da democracia liberal, associada à crise da economia do tipo fordista-keynesiana. Ele estava ciente de que algo novo iria ocorrer em termos democráticos ou mesmo políticos. Acreditava que um modelo mais participativo de democracia poderia assumir o lugar da democracia de tipo liberal que havia predominado. Para tanto, imaginava que a participação dos trabalhadores poderia provocar uma ampliação da democracia rumo a uma democracia participativa. Sua aposta ainda incluía uma crescente consciência de classe dos trabalhadores rumo à outra forma de democracia.

O capitalismo, em cada uma das nações ocidentais, na presente década, está passando por dificuldades econômicas de proporções quase catastróficas. Não se pode prever o fim destas crises. A terapêutica keynesiana, bem sucedida por três décadas dos anos 30 em diante, falharam agora evidentemente em contornar as contradições. [...] É de se esperar que aumente a participação da classe trabalhadora na ação política e industrial e que a consciência de classe recrudesça (Macpherson, 1978, p.108).

No entanto, o final do século XX não concretizou a previsão de Macpherson, quanto à ampliação da participação social e democrática. O advento do neoliberalismo na década de 80 (Anderson, 2003), e a consequente fragilização do Estado, em relação ao avanço de políticas sociais, bem como a precarização do trabalho e o crescente desmonte dos sindicatos em todo o mundo (Antunes, 2005) trouxeram uma ampliação da desigualdade do ponto de vista social, bem como uma ampliação da fragilização da política e da participação popular no sentido democrático. Com a crise do capitalismo em 1973, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. Na leitura de Anderson (2003, p.10), “as raízes da crise, afirmam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário”. Estávamos diante de uma mudança, que diferentemente do liberalismo clássico de Adam Smith, argumentava a favor da desigualdade. Esse período caracterizou-se também, conforme Antunes (2005, p.32), “por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo”. Sennett (2007, p.54), em sentido semelhante, ao analisar as novas condições de flexibilidade, postas pela reestruturação do capitalismo, interpreta que a nova condição da economia política contemporânea, muito diferente da sinalizada por Adam Smith, e sua política de estetização do mundo moderno pelas vias do liberalismo, “produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam”.

A crise do capitalismo e do modelo neoliberal, em 2008, explicitou outra face das novas condições de vida e das condições geradas pelo neoliberalismo e pelo modelo de acumulação flexível para a democracia no século XXI. Se o modelo de capitalismo produzido pelo keynesianismo-fordismo entrara em crise por seu excesso de planejamento e busca de ordem racional, por parte do Estado e seu poder de intervenção, o modelo neoliberal entrara em crise por seu excesso de desregulamentação e de desordem estrutural, por conta da ausência do Estado

como ente regulador da economia³. Na leitura de Zygmunt Bauman (1999), assistimos com o advento do neoliberalismo e da globalização, na década de 80, o inverso do que foi o sonho da modernidade ocidental em relação à universalização dos direitos, ou seja, agora apenas sofremos as consequências do novo modo de vida sob o capitalismo, traduzindo-se este em mais insegurança, desigualdade e incerteza para a vida dos coletivos sociais.

Na esfera educacional, este modo de pensar a vida social relacionada com os deslocamentos da relação entre capital e trabalho tem possibilitado pensar o cenário de flexibilização toyotista como uma nova forma de operar do capitalismo, que se diferencia do capitalismo taylorista do início do século. Esta análise aproxima, em parte, as considerações de teóricos marxistas, tais como Jameson (2013), Eagleton (1993), Harvey (2006), Wood (2011), com as interpretações de Sennett, de Bauman e de Castells, sobre o capitalismo contemporâneo, principalmente em relação à tese da flexibilização ou mesmo da acumulação flexível em uma nova etapa do capitalismo informacional. Antunes e Pinto (2017) destacam em sua obra - *A Fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*, o caráter unilateral do projeto “capitalista taylorista-fordista”, que predominou ao longo do século XX com sua busca de “especialização fragmentada, bem como a falsa polivalência e multifuncionalidade da empresa toyotista liofilizada, adequada aos novos imperativos do mercado, que procura reduzir os sujeitos a personificações do capital” (Antunes; Pinto, 2017, p.107).

Um ponto em comum que os teóricos críticos têm considerado nesta nova forma de análise do capitalismo talvez se refira, também, ao problema do individualismo e da mercantilização que se dá na interface da arte, da cultura e do corpo. A problemática do corpo e da estética nesta via de pensamento se torna central para entender o mundo contemporâneo. Lipovetsky e Serroy, em sua obra - *A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista* (2015), procuram pensar a nova condição vivida corporalmente na contemporaneidade como uma fase diferente de estetização do mundo quando comparada com outras épocas. Segundo eles: “Acabou-se o mundo das grandes oposições insuperáveis – arte contra indústria, cultura contra comércio, criação contra divertimento: em todas as esferas leva melhor quem for mais criativo” (Lipovetski; Serroy, 2015, p.27).

O aspecto interessante desta análise coincide com o que entendemos como sendo diferente no cenário da estetização da modernidade flexível em relação à modernidade clássica, no trato com as questões do corpo, da estética e da política. A estética, ou mesmo a vanguarda artística, ocupava um lugar de guerra contra o mundo burguês, no cenário da primeira modernidade, ao passo que as vanguardas atuais são integradas na ordem econômica. O tão almejado sujeito autônomo buscado pela modernidade, e que seria o responsável, em função da sua virtude e esclarecimento, por conduzir os assuntos públicos, é substituído pelo sujeito hedonista, cultivador

3 “Assim, a atual crise decorre das tendências destrutivas induzidas pelas dinâmicas de um capitalismo global desregulado, ancorado num mercado financeiro sem restrições, feito de redes de informática globais e alimentado por uma produção incessante de títulos artificiais, como fonte de acumulação e empréstimo de capital” (CASTELLS, CARDOSO, CARAÇA, 2013, p.24).

de sensações na modernidade flexível. “A ética puritana do capitalismo original cedeu lugar a um ideal estético de vida centrado na busca de sensações imediatas, nos prazeres dos sentidos e nas novidades, no divertimento, na qualidade de vida, na invenção e na realização de si” (Lipovetski & Serroy, 2015, p.32).

Como argumentamos em outro momento, o bem estar do corpo, na modernidade flexível, converteu-se no mal estar da ética (Costa, 1999). O adentrar de um novo tipo de condição social e cultural na cultura do novo capitalismo no final do século XX, não veio acompanhado de um projeto de cultura política que fosse capaz de projetar uma nova sociedade. Os valores individualistas do corpo e do sujeito da modernidade clássica se transformaram nos valores hiperindividualistas do Homo aestheticus da modernidade flexível. O projeto da cidadania, almejado pela educação e estética iluminista, como contraponto dos valores da economia, cedeu lugar ao projeto do consumidor, conduzido pela massificação do ideal corporal e estético do novo capitalismo. Zygmunt Bauman (2011), nos ajuda a entender a transição em termo de produção da moral, de uma forma de vida a outra. Em sua leitura a problemática da autonomia e, logo, da cidadania, não poderia ser abandonada, no novo cenário:

Com a suspensão do monopólio estatal da ética (na verdade, do desejo de monopólio por parte do Estado), e com o fornecimento de regras éticas em geral privatizado e abandonado aos cuidados do mercado, a tirania da escolha retorna ao ator – embora desta vez não sobrecarregue tanto assim sua competência moral -, mas sob a forma de habilidades de compra. [...] Pode-se dizer com considerável convicção que o que vale é precisamente o oposto da avaliação pós-moderna para a pós-modernidade (modernidade tardia): o falecimento dos universais e absolutos potencializados pelo poder tornou as responsabilidades do ator mais profundas e certamente mais significativas que nunca (Bauman, 2011, p.14).

Esta postura parece lançar desafios para pensar o lugar da educação e de seu poder simbólico em relação problema da democracia e da cidadania. Como bem sabemos, a questão da educação, na modernidade, surgiu de forma muito entrelaçada, com a questão da educação corporal e das políticas do corpo. Mas, cumpre-nos pensar como esta questão do corpo, da estética e da democracia tem adentrado o universo da Educação Física. Qual o lugar da Educação Física no enfrentamento dos problemas democráticos no tempo presente?

Corpo, estética e Educação Física: poder simbólico e os desafios da prática democrática no tempo presente

Neste capítulo cumpre retomar algumas das formas como historicamente temos enfrentado o tema das relações entre corpo, estética e democracia na Educação Física. Este retomar nos permite compreender as ambivalências que o termo comporta, bem como o potencial crítico implicado nela. Assumimos como ponto de partida para a análise os textos de Silvino Santin, nos quais ele tematiza a problemática do corpo, da estética e da educação física. De forma particular interpretamos dois textos referenciais deste autor (Temas Pedagógicos –

1992; e – Corpo, Estética e Saúde -1995) como forma de pensar como esta temática entra na área e constitui um lugar para a Educação Física no trato com a democracia.

Um primeiro movimento a considerar no trato da questão é a própria configuração dos marcos identitários da Educação Física. O esforço de reconceptualizar a Educação Física como uma área de conhecimento, uma prática pedagógica e uma prática social, permitiu ampliar seu escopo de debate e inserção no campo das questões democráticas. Silvino Santin, ao buscar definir a Educação Física como uma área que trata da realidade humana, e que para tanto, aspira uma autonomia no trato da questão, ampara-se em uma perspectiva antropológica, que busca superar os dualismos acerca da corporeidade humana. Os problemas do homem no mundo, doravante, se convertem nos problemas da Educação Física. A questão da democracia, ou mesmo das práticas democráticas, no âmbito da Educação Física, se vinculam à problemática da corporeidade e do movimento humano. Para Santin (1992), a grande questão se refere ao problema da questão básica do pensamento e da vida ocidental no que se refere ao caráter instrumental do corpo.

Na maioria dos casos o corpo não passa de utensílio. Ninguém se pensa como corpo, mas como um possuidor de corpo. E como proprietário exerce esse direito de propriedade como um tirânico explorador, um aproveitador sem escrúpulos, um escravocrata despótico. Poucos contestam; pelo contrário, todos parecem satisfeitos. [...] Dentro desta ótica as técnicas de propaganda encarregam-se de dar suporte a tais comportamentos. Assim, o menino inocente é transformado num robzinho, devorador insaciável de batatinhas. A indústria do corpo retalhou o corpo em vários painéis de publicidade. Assim, desfilamos felizes e orgulhosos fazendo propaganda de carros, lubrificantes, marcas de cigarros, partidos políticos, candidatos, clubes, expressões ideológicas ou frases que vulgarizam o sentimento mais íntimo das pessoas (Santin, 1992, p.54).

O panorama de fundo que Santin (1992) se refere se relaciona com o problema da estetização da vida e dos comportamentos em uma sociedade midiaticizada e de consumo. O corpo não apenas é alvo de investimentos disciplinares ao estilo direto e imediato da fábrica taylorista-fordista, como também é construído pelas malhas da lógica social da mercadoria, a qual se impulsiona por intermédio da propaganda e do espetáculo mediato da indústria do corpo. Qual a diferença entre as duas formas de políticas do corpo? A primeira parece engendrar uma condição que exige por parte do sujeito uma obediência a uma norma que lhe constrange em termos de desejo. Ela é direta e opera conforme os padrões de uma sociedade que explicitamente opera sob o objetivo do controle e da autoridade. A segunda parece engendrar uma condição que exige por parte do sujeito um sentimento de satisfação estética, no qual a norma parece não ser externa ao sujeito, mas própria do seu desejo mais íntimo. Ela é indireta e opera conforme os padrões de uma sociedade que parece não ter padrões explícitos de controle e autoridade, a não ser a plena realização dos desejos de consumo dos sujeitos.

O pensamento de Santin acerca da perspectiva democrática em uma sociedade de consumo vincula-se com a ideia de cidadania. Segundo ele: “O panorama político descrito, caso seja correto, pode indicar que a escola deverá enfrentar esta situação, como o primeiro passo de

sua tarefa fundamental: preparar para o exercício da cidadania, recriando a sociedade e a escola”. Santin, ao enunciar as tarefas da Educação Física, em uma questão voltada à problemática da democracia e da escola democrática, está preocupado em pensar o sujeito contemporâneo, ou mesmo as populações menos favorecidas, que, segundo ele, estão mais próximas da crença da sorte do jogo do bixo e das loterias do que nos ideais da Revolução Francesa ou mesmo da Revolução Socialista. No fundo, Santin (1992), está nos abrindo a questão do poder simbólico, e da força que os ideais midiáticos tem na construção da nossa ideia de corpo e de democracia. “Talvez não seja suficiente desmontar a ordem econômica e política injusta, mas antes seria preciso desmascarar a ordem de valores que as camadas populares e toda sociedade assumiram através de uma lavagem cerebral imposta pela sociedade de consumo” (Santin, 1992, p.47).

Em uma sociedade fortemente dominada pelo império da imagem e da propaganda, os significados acerca do mundo público e da política exercem pouca força simbólica, quando comparados com os significados acerca do consumo e do espetáculo dos esportes. No caso do mundo público, ou mesmo da agência política, a produção simbólica abriria para a relevância da participação dos sujeitos na esfera da mudança de suas realidades. A democracia, afirma Santin (1992, p.49), “acontece quando os cidadãos forem definindo sua competência pelo exercício da cidadania”. Ela tem a ver com a proclamação dos Direitos de todos os cidadãos, “mas também com o acesso às condições básicas para o exercício de todos estes direitos” (ibidem). Aqui, a questão tal como a sinalizamos com Bobbio (2010), parece se relacionar não apenas com os meios, mas com os fins da democracia, – a permanente busca por igualdade, por intermédio da liberdade de participação e deliberação no contato com as distintas realidades.

Como realizar e por onde começar este trabalho? Como realizar e por onde começar esse trabalho? Nestas questões está o desafio da tarefa do novo magistério, o magistério democrático, recriando a sociedade e recriando a escola, a partir da realidade vivida pelas camadas populares, não a partir da realidade que está em nosso imaginário. Será preciso muita sensibilidade para escutar o que pensam e sonham as populações marginalizadas. Quais seriam, de fato, os valores, as aspirações e as necessidades que povoam a mente de cada aluno que entra na escola. E das famílias que se amontoam nas periferias da sociedade abastada. A observação dos fatos do cotidiano, sem dúvida, é a melhor biblioteca para se pesquisar o imaginário social (Santin, 1992, p.49).

A perspectiva de Santin (1992), no trato com a questão democrática parece exemplar quando queremos nos referir ao problema do corpo, da estética e da educação. Por quê? Primeiro porque ele, como pensador, faz o voo em três níveis, tematizando: a) o universo do problema conceitual relacionado à democracia; b) o problema da educação, em uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela dominação; c) a questão da identidade e da especificidade da Educação Física nas interfaces do problema do homem, do corpo e da estética. Não estamos querendo aqui afirmar que este é e deve ser nosso modo de pensar, mas fundamentalmente, resgatar este caminho que por si só testemunha um percurso importante no debate educacional e filosófico. Com o debate da escola democrática, Santin, reatualiza, a meu ver a problemática

central das democracias modernas, tecendo seu vínculo com a educação, a escola e a educação física. “A linguagem e o discurso da escola democrática refletem uma atitude de crítica e de desmascaramento da ingenuidade e da alienação existentes nas sociedades capitalistas e impostas por uma ordem econômica e política injusta” (Santin, 1992, p.42).

Sob certo aspecto, Santin (1992), se aproxima, quando pensamos em tradição do pensamento pedagógico brasileiro, do pensamento de Paulo Freire. Extraí o ponto mais positivo da obra de Freire, o qual aparece na citação acima, quando afirma que não pode haver democracia (social) ou mesmo cidadania (individual), com práticas autoritárias de uns para outros, ou seja, com marcos e práticas verticalizadas, do tipo que encarcera na intelectualidade e no professor (a vanguarda) o imaginário certo do que deve ser o povo. Neste mesmo texto, Santin (1992, p.48) não cita apenas Freire, como também Pedro Demo, tratando de sua obra *Pobreza Política*. “Pedro Demo em seu livro *Pobreza Política*, fala que participação pode ser um disfarce do poder controlador” (ibidem). No sentido de que, “não se pode pensar a participação como um gesto de generosidade ou como uma concessão da autoridade, mas como um ato competente de cada indivíduo” (ibidem).

A retomada deste debate permite a Santin (1992) sinalizar o poder e o alcance das pedagogias progressistas no âmbito da democratização da sociedade brasileira. Sobretudo, marca um lugar de diálogo em torno das práticas escolares com as problemáticas do corpo e da estética que assinalam e constituem a vida dos sujeitos marginalizados. Mas, Santin (1992), não assinala apenas a necessidade de pensarmos acerca desta questão geral que envolve o trato com a pergunta sobre o que entendemos por democracia no tempo presente, ou sobre como podemos estabelecer outros vínculos entre a escola e a comunidade, como também articula uma dimensão específica da intervenção da Educação Física no âmbito escolar. Sobre este aspecto, Santin (1992), sinaliza outra questão importante para pensar a educação escolar, o problema de que ela tem um conteúdo para ser ensinado, que se refere ao movimento humano. Esta postura aproxima o pensamento filosófico de Santin (1992), com o pensamento pedagógico de Dermeval Saviani. Para este último, a questão da democracia, quando pensada no âmbito escolar, exige uma perspectiva que não se refere apenas à experiência e o aprendizado de relações democráticas, mas fundamentalmente, o acesso igualitário ao conhecimento e ao patrimônio cultural produzido pela humanidade.

No caso da Educação Física, trata-se de pensar também, neste caso, as atividades didáticas e pedagógicas. Esta parece outra questão central quando pensamos em corpo, educação, estética e poder simbólico. Não apenas pensar em outra forma de relação com o corpo por intermédio da educação, como também garantir uma ampliação do poder simbólico dos sujeitos, como forma de compreensão e de intervenção no mundo. Santin (1992), se interroga: como situar a Educação Física? Ou, de que maneira a educação física poderia construir a escola democrática e preparar para a cidadania?” (Santin, 1992, p.50). Neste ponto, ele vincula duas hipóteses, uma

que marca o específico da Educação Física como disciplina escolar e, outra, que se interroga sobre as intencionalidades das pessoas que buscam a Educação Física.

Em outra obra, denominada Educação Física, ética, estética e saúde (1995), Santin, teoriza sobre os limites das concepções de corpo da modernidade e sinaliza para o valor dos ideais estéticos e para os novos movimentos da pós-modernidade. O significado da estética assume o valor de paradigma, de certa forma, uma vez que permite a Santin questionar o modelo ocidental de política e de corpo. Nesta guinada teórica, Santin teoriza agora acerca dos limites da ciência e da técnica moderna que se cristalizaram na Educação Física. Segundo ele, “a educação física tornou-se uma tecnologia de transformação do corpo em máquina” (1995, p.19), a fim de que ela fosse mais útil à produção. Na visão de Santin a questão da Educação Física implica “uma ação pedagógica que se relaciona com a sabedoria de viver, um viver com felicidade e prazer” (idem, p.20).

Santin (1995), em parte recupera a obra de Friedrich Schiller, a qual também inspirara Marx, em seu projeto estético (Eagleton, 1993). Assim, como ele, percebe que o projeto da racionalidade moderna que está em curso nega as potências humanas e a própria sensibilidade. No entanto, Santin, desenha uma crítica ao mecanicismo e ao produtivismo moderno, que deverá regenerar a noção antropológica herdada, inclusive do próprio Marx. A proximidade com o pensamento de Merleau Ponty, Edgar Morin e Michel Maffesoli, dentre outros, torna o entendimento de Santin (1995), em relação aos desafios do mundo presente, muito mais complexo e ambivalente. Se do ponto de vista pedagógico, em algumas obras ficou presente e explícito este movimento de proximidade com o projeto freireano, e a crítica à opressão de classe, em outras mais filosóficas ficou muito presente, esta crítica radical ao próprio pensamento herdado, em torno, principalmente da ideia do projeto do Iluminismo. No âmbito específico, portanto, a questão da relação entre corpo, estética e democracia, precisa assumir uma radicalidade do valor do pensamento estético e da sensibilidade. Trata-se agora de questionar a racionalidade a partir da sensibilidade. “O conhecimento sensível passa a ter crédito. É por ele que o homem inicia orientar sua vida” (Santin, 1995, p.22). Este lugar do corpo, da sensibilidade, do lúdico, do imaginário e do cotidiano, sugerido pela obra de Santin, tem grande importância para a área, mas entendemos que ele se sustenta de modo mais sólido e consistente, quando articula em perspectiva histórica e pedagógica os desafios da democracia no mundo presente.

Considerações finais

O cultivo do corpo e da vida privada, como valores a serem celebrados, independente do panorama social vivido pelas maiorias, sinaliza para a fragilização da política e da moral imperante na nova estética do capitalismo.

Em nossa pergunta sobre o lugar da Educação (Física) na contemporaneidade, em relação às problemática do corpo e da estética, encontramos nos escritos mais modernistas de Santin (1992), uma crítica do existente a partir da estética que se articula com as superações

das desigualdades do capitalismo em termos universais. Nela encontramos uma projeção que se dá pela via da cidadania, e de uma educação que enfrente o consumismo e o desinteresse pela política e pela democracia. Nos escritos mais pós-modernistas, encontramos uma defesa da estética em um sentido mais antropológico, filosófico, do que sociológico. O corpo aparece agora como um ser vivo, de afeto, de sensibilidade, expressivo, que pertence a uma comunidade emocional, conforme afirmou Maffesoli. Parece que ganhamos com esta virada estética na teorização contemporânea, em densidade e concretude particular imanente, mas perdemos em relação com a dinâmica da vida social em geral.

Os desafios da Educação Física, nestes termos, parece ser a de nos voltarmos para estes outros do corpo não sinalizados pela filosofia (do corpo) na modernidade, mas sem perder a radicalidade das questões postas pela própria modernidade em relação à democracia. Neste sentido, o par: comunidade emocional versus sociedade - não parece ser oportuno, porque parece negar que toda comunidade emocional, sensível, é obra de uma sociedade. Em suma, o ganho da particularidade, não pode ocultar sua relação com uma nova universalidade que se materializa como o avanço do capitalismo como sinalizou Jameson (2002). Se o projeto moderno secundarizou a estética, e em seu nome silenciou e tornou funcional o corpo e a expressão, em nome do geral e do racional, a retomada da estética, como forma de crítica, na contemporaneidade, precisa ser desafiada a rever seus limites quando afirma apenas o corpo do indivíduo e seu cotidiano, sem considerar as problemáticas, culturais, sociais e políticas herdadas e que estão em curso no cenário do capitalismo tardio. Santin, se considerarmos em conjunto as duas obras analisadas (1992, 1995), consegue fazer isso de forma complementar.

Zygmunt Bauman (2009), a partir dos escritos de Russel Jacoby, em sua obra *Imagem imperfeita* (2007), parece recuperar o lugar da estética nos projetos emancipatórios. Ela significa, não o contrário do que o iluminismo propunha em termos de reflexividade, mas uma nova forma de pensar o presente e o futuro de nossa realidade social. A estética, nestes termos, se contrapõe ao pensamento mecanicista, ou mesmo de realidades teleológicas pré-concebidas dos utopistas, para se tornar uma força de reflexão crítica sobre as práticas e crenças existentes, a fim de nos mostrar que “uma coisa está faltando” e, assim “inspirar a unidade para sua criação e recuperação” (Bauman, 2009, p.18). No caso do presente estudo procuramos mostrar como as ideias de corpo e de educação corporal foram formadas ao longo do projeto da modernidade e, de como, as compreensões estéticas estiveram implicadas nesta edificação, assim como as ideias racionalizadoras. Isso não significa um abandono da estética, como campo reflexivo, tampouco, das perspectivas racionais, como demonstrou Habermas (2000) em seus escritos sobre a importância da reflexão e da razão comunicativa, mas um ponderar, acerca de suas possibilidades, na constituição de outra via possível para as democracias modernas.

Mesmo guardadas as diferenças entre os diferentes projetos críticos, Habermas (2000) pensa a via reflexiva pela ideia de uma razão comunicativa, ao passo que Bauman (2009), pela via de uma estética iconoclasta. Castoriadis (2007), por sua vez, mesmo não seguindo a via

reconstrutiva, e tampouco a desconstrutiva, aposta na ideia de imaginário instituinte, o que não deixa de pontuar o valor da reflexividade radical, como forma de construir o caminho para outra forma de democracia e de sociedade possível, o que ele denomina de sociedade autônoma. Eagleton (1993), assim como Habermas, nos lembrará do caráter ambivalente da estética e da arte no mundo moderno. Ela pode significar tanto um modo de crítica da ideologia e da alienação, como um modo de abandono da análise teórica, prendendo-se ao particular sensível, sem necessidade de nenhuma argumentação racional (Eagleton, 1993, p.266). Eagleton (1993), também nos chamará a atenção de que a análise das questões implicadas com o corpo, o poder e a educação, são dimensões que precisarão ser assumidas de forma integral pela filosofia e pelas ciências humanas. Acrescentamos aqui que elas também deverão ser assumidas pela Pedagogia e pela Educação Física.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. SADER, E. **Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- ANTUNES. PINTO, G. A. **A Fábrica da Educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez Editora, 2017.
- CASTRO, A. L. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.
- BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. A utopia possível na sociedade líquida. In: Oliveira, D. Entrevista com Zygmunt Bauman. **Revista Cult**, Ano 12, nº 138, ago/2009.
- BAUMAN, Z. **Legisladores e intérpretes**: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BAUMAN, Z. **Vida em Fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- BAUMAN, Z. **A Ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011a.
- BAUMAN, Z. **44 Cartas do Mundo Líquido Moderno**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2011b.
- BETTI, M. **A Janela de Vidro**. São Paulo/Campinas: Papyrus, 1998.
- BOBBIO, N. **Qual Democracia?** São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- CASTELLS, M.; CARDOSO, G.; CARAÇA, J. (Orgs). **A Crise e seus efeitos**: as culturas econômicas da mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

- CASTORIADIS, C. **Sujeito e Verdade no mundo social e histórico**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**: o discurso competente e outras falas. 11.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- COSTA, J. F. **Razões Públicas, Emoções Privadas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- COSTA, J. F. **O Vestígio e a Aura**: corpo e consumismo na moral do espetáculo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- EAGLETON, T. **A ideologia da estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- EAGLETON, T. **A morte de Deus na Cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**: doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HUYSEN, A. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, H. B. **Pós-Modernismo e Política**. Ri de Janeiro: Rocco, 1991.
- JACOBY, R. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Gráfica Palas Athena, 2002.
- JAMESON, F. **Valencias de la dialética**. 1.ed. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2013.
- KOSELLECK, R. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Contraponto, 1999.
- LIPOVETSKY, G; SERRROY, J. **A Estetização do Mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LOPES, E. M. T. **As Origens da Educação Pública**: a instrução na Revolução Burguesa do século XVIII. Belo Horizonte: Editora Argymentvm, 2008.
- MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MARX, K. **O Manifesto Comunista**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SANTOS, B. S. Reinventar a Democracia: a democracia entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. **A Crise de Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Séc. XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- SANTIN, S. **Educação Física**: ética, estética, saúde. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

SANTIN, S. **Educação Física**: temas pedagógicos. Porto Alegre: EST, 1992.

SILVA, A. M. **Corpo, Ciência e Mercado**: reflexões acerca da gestação de um novo arquétipo da felicidade. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo, Boitempo, 2011.

VÁSQUEZ, A. S. **As ideias estéticas de Marx**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.